

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS CACOAL
Departamento do Curso de Direito

DESCONSIDERAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO
APLICADA A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

Francisco Nunes da Silva Junior

Cacoal- RO
2008

FRANCISCO NUNES DA SILVA JUNIOR

**DESCONSIDERAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO APLICADA
A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA- *CAMPUS* DE CACOAL, como
exigência parcial para obtenção de título de
Bacharel, em Direito, sob orientação do Prof.
Esp. Telmo de Moura Passareli

Cacoal- RO
2008

DA SILVA JUNIOR, F. N.
Desconsideração da Pessoa Jurídica de Direito Privado Aplicada a
Responsabilidade Civil Ambiental/ Francisco Nunes da Silva Junior – 2008
Vii, 71 f., enc.: 30 cm.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, 2008.
Referências: 69 - 71

I – TÍTULO

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO ORIENTADOR

O acadêmico FRANCISCO NUNES DA SILVA JUNIOR desenvolveu o presente Trabalho de Conclusão de Curso sob o tema DESCONSIDERAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO APLICADA A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL, observado os critérios do Projeto Monográfico apresentado ao Departamento do curso de Direito, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal.

O acompanhamento foi efetivo, tendo sido observado os prazos fixados pelo Departamento do curso de Direito para o seu desenvolvimento.

Destarte, o acadêmico está apto à apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal/RO, 24 de março de 2008.

Telmo de Moura Passareli

FRANCISCO NUNES DA SILVA JUNIOR

**DESCONSIDERAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO
APLICADA A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL**

AVALIADORES

Prof. Esp. Telmo de Moura Passareli

Nota

Prof^a. Ms. Maria Priscila Berro

Nota

Prof. José de Moraes

Nota

Média

Cacoal-RO
2008

Dedico o presente trabalho aos meus queridos pais, Francisco Nunes da Silva e Maria José Braga de Lima Silva que sempre acreditaram em mim, a minhas irmãs, Fabíola e Bebel (in memoriam).

A Daniani Hoffmann, namorada e amiga, que durante estes anos foi uma grande fonte de forças para enfrentar os desafios que por várias vezes surgiram.

Aos colegas e companheiros, em especial aos grandes amigos José de Jesus, Randerson dos Santos, Luiz Eiji Sato e Vinicius Soares, com quem dividi dificuldades e principalmente alegrias no decorrer desses cinco anos.

Agradeço a Deus por minha vida e por tudo de maravilhoso que ele me deu.

Aos dedicados professores que me instruíram nessa magnífica jornada e que contribuíram para o meu amadurecimento profissional.

RESUMO

DA SILVA JUNIOR, Francisco Nunes. Desconsideração da Pessoa Jurídica de Direito Privado Aplicada a Responsabilidade Civil Ambiental, 66 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2008

Tendo como objetivo à criação de uma sociedade pacífica e harmoniosa, o direito cria regras e institutos, institutos tais como o Instituto da Pessoa Jurídica. Ocorre que, infelizmente este importante instrumento social muitas vezes é usado de forma inescrupulosa, causando com isso sérios danos a terceiros e a toda uma coletividade como nos casos dos danos causados ao meio ambiente, que atualmente é o principal tema de preocupação de todos os povos, os quais buscam intensamente por mecanismos e instrumentos capazes de coibir a degradação ambiental. Sendo assim, é em meio a essa preocupação que surge o instituto da desconsideração da pessoa jurídica como meio de punir, ressarcir e prevenir danos ao meio ambiente.

Palavras-chaves: danos ao meio ambiente, desconsideração da pessoa jurídica, instituto da pessoa jurídica.

ABSTRACT

DA SILVA JUNIOR, Francisco Nunes. Desconsideração da Pessoa Jurídica de Direito Privado Aplicada a Responsabilidade Civil Ambiental, 66 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2008

Having as objective creating a pacific and harmonious society, the law creates rules and institutes codes, such as the Institute of the Legal entity. It occurs that, unfortunately, this important social instrument many times is used in a unscrupulous form, causing serious damages a third one or to all collective, such as in cases of actual damages to the environment, that currently are the main subject of concern for all countries, which intensely search for mechanisms and instruments capable to restrain the ambient degradation. Being thus, in this way, appearing the institute of the disrespect of the legal entity as a mean to punish, repair and to prevent damages to the environment.

Key Words: damage to the environment, institute of the disrespect of the legal entity, Institute of the Legal entity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.:	Artigo
CF:	Constituição Federal
CTN:	Código Tributário Nacional
EC:	Emenda Constitucional
CC:	Código Civil
CDC:	Código de defesa do consumidor
Ed.:	Edição
PJ:	Pessoa Jurídica
Nº.:	Número
p.:	Página
STF:	Supremo Tribunal Federal
TRF.:	Tribunal Regional Federal
§.:	Parágrafo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DA PESSOA JURÍDICA	15
2.1 CONCEITO DE PESSOA JURÍDICA	15
2.2 NATUREZA JURÍDICA	16
2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS	18
2.3.1 Quanto a sua estrutura	18
2.3.1.1 <i>Universitas Personarum</i>	18
2.3.1.2 <i>Universitas Bonorum</i>	18
2.3.2 Quanto à órbita de atuação	19
2.3.2.1 Pessoa Jurídica de Direito Público Interno	19
2.3.2.2 Pessoa Jurídica de Direito Público Externo	19
2.3.2.3 Pessoa Jurídica de Direito Privado	20
2.3.2.3.1 Requisitos Legais para a Existência das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	21
3 RESPONSABILIDADE CIVIL	23
3.1 CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL	23
3.2 ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE CIVIL	25
3.2.1 Quanto ao seu fundamento	25
3.2.2 Quanto ao seu fato gerador	26
3.2.3 Em relação ao agente	27
3.3 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	28
3.4.1 Conduta humana (ação ou omissão)	30
3.4.2 Dano	31
3.4.2.1 Dano Patrimonial	32
3.4.2.2 Dano Moral	32
3.4.5 Nexo de Causalidade	33

4 DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	35
4.1 BREVE RESUMO HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NO BRASIL	35
4.2 A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	36
4.3 DO DANO AMBIENTAL	39
4.4 A REGRA DA OBJETIVIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	40
4.5 REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL	43
5 DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA PARA RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS	46
5.1 PERSONIFICAÇÃO DA SOCIEDADE	46
5.1.1 Autonomia negocial	47
5.1.2 Autonomia processual	48
5.1.3 Autonomia patrimonial	48
5.2 POSSIBILIDADES DE DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	49
5.2.1 Requisitos para a desconsideração	50
5.2.1.1 A fraude	50
5.2.1.2 O abuso de direito	51
5.3 DIFERENÇA ENTRE DESCONSIDERAÇÃO E DESPERSONIFICAÇÃO	52
5.4 EXTINÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS	53
5.5 DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO APLICADA A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	54
5.5.1 A pessoa jurídica e o seu reflexo no Meio ambiente	54
5.2.3 A Desconsideração da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental	57
5.3 A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NA LEI 9.605/98	62
6.CONCLUSÃO	66
7. REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

O direito nasceu para regular a convivência dos indivíduos, tendo como objetivo à criação de uma sociedade pacífica e harmoniosa, para tanto criando regras e institutos, institutos tais como o Instituto da Pessoa Jurídica.

Ocorre que, infelizmente este importante instrumento social, o instituto da pessoa jurídica, muitas vezes é usado de forma inescrupulosas causando com isso sérios danos a terceiros e a toda uma coletividade como nos casos dos danos causados ao meio ambiente, que atualmente é o principal tema de preocupação de todos os povos, os quais buscam intensamente por mecanismos e instrumentos capazes de coibir a degradação ambiental.

A proteção do meio ambiente é o verdadeiro objetivo da presente monografia, pois sem tirar a fundamental importância da prevenção e repressão, que inegavelmente são os meios mais eficazes de proteção ao meio ambiente. Vê-se na punição do degradador, em especial na responsabilidade civil um meio importantíssimo para coibir a degradação ambiental, pois além de ressarcir ou recuperar os danos causados, atribui ao degradador um ônus elevadíssimo, que serve como fator inibitório à destruição ambiental, dada as suas conseqüências, que recaem exatamente sobre o patrimônio do agente causador do dano, que torna desinteressante a prática lesiva, em face da inconveniência econômica.

Desta maneira, verificada a eficácia das sanções penais dirigidas as entidades jurídicas que causam prejuízos à qualidade do meio ambiente, necessário

se torna individualizar e atacar o patrimônio das pessoas físicas que esconde suas atividades delituosas por trás do véu protetor da pessoa jurídica.

O objetivo da presente monografia é apresentar o instituto da desconsideração da pessoa jurídica como meio eficaz de proteção e repressão ao meio ambiente, dividindo-se a mesma em cinco capítulos, abordando de início no capítulo dois, intitulado Da Pessoa Jurídica, o que vem a ser o instituto da pessoa jurídica, o valor no mundo jurídico de sua autonomia, os vários tipos de pessoas jurídicas e qual fim se destina e porque em determinadas hipóteses a lei estabelece a possibilidade de desconsideração da pessoa jurídica.

Será exposto como a desconsideração da pessoa jurídica apresenta-se como um meio eficaz no combate à má utilização da pessoa jurídica, ao retirar os privilégios que a lei assegura através da autonomia patrimonial no caso concreto, para que se estendam os efeitos das obrigações das sociedades, às pessoas dos sócios que desvirtuem a função a função da pessoa jurídica.

No capítulo três será exposto o conceito de responsabilidade civil, estabelecendo os seus pressupostos, espécies e efeitos, para que, ao tratar da responsabilidade civil ambiental, tema do capítulo três, se possa obter uma melhor compreensão do assunto, definindo-se dano ambiental, expondo-se as formas de sua reparação, assim como a regra da culpa no direito tradicional e a regra da objetividade na responsabilidade civil ambiental.

Assim, só depois de feitas todas as considerações a cerca dos institutos que norteiam o tema a que se propõe, tratar-se-á no capítulo quatro da desconsideração da pessoa jurídica em âmbito da responsabilidade civil ambiental, quanto ao seu acolhimento pelo ordenamento jurídico brasileiro, dando especial enfoque, à adoção do postulado no direito positivo ambiental brasileiro pelo artigo art. 4º da lei 9.605/98.

As principais Leis que fundamentam o exposto na presente monografia, é a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, e a que regula a responsabilidade civil ambiental, a Constituição Federal de 1988, que além

de trazer um capítulo dedicado à proteção do meio ambiente, em seu artigo 225 § 3º, deu nível constitucional à responsabilidade civil ambiental.

E por fim um estudo a cerca da Lei 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de conduta lesiva ao meio ambiente, e que entre outras providencias, possibilitou a desconsideração da pessoa jurídica, sempre que esta se apresentar como obstáculo a reparação de danos causados ao meio ambiente.

2 DA PESSOA JURÍDICA

2.1 CONCEITO DE PESSOA JURÍDICA.

Diniz¹ define pessoa jurídica como “a unidade de pessoas naturais ou de patrimônio, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações”.

Porém, antes de qualquer tentativa de se criar um conceito de Pessoas Jurídicas é necessariamente vital fazer uma reflexão a respeito do termo pessoa.

Diniz², sabiamente com suas palavras, identificar a acepção jurídica do termo supracitado como sendo:

[...] o ente físico ou coletivo suscetível de direitos e obrigações, sendo sinônimo de sujeito de direito. Sujeito de direito é aquele que é sujeito de um dever jurídico, de uma pretensão ou titularidades jurídicas, que é o poder de fazer valer, através de uma ação, o não cumprimento do dever jurídico, ou melhor, o poder de intervir na produção da decisão judicial.

Assim nota-se que por não haver direito sem sujeito o ordenamento jurídico brasileiro atribuir personalidade jurídica à pessoa humana, quando este nasce com vida, tornando-o titular de direitos e deveres, no entanto com o propósito de contribuir para desenvolvimento econômico e cultural da sociedade, o ordenamento jurídico atribui, também, a determinados entes coletivos personalidade jurídica a fim de capacitá-los para serem titulares de direitos e obrigações.

¹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.1, p.206

² *Opus cit*, p.14

Como visto, podemos afirmar nas palavras de Kelsen³ que:

a pessoa jurídica é uma construção elaborada pela ciência do direito em decorrência da necessidade de criação de entidades capazes de realizarem determinados fins que não são alcançados normalmente pela atividade individual.

Ante o exposto, nessa linha de raciocínio, pode-se, no melhor dizer de Silvio Rodrigues⁴, conceituar a Pessoa Jurídica, como sendo “entidades a que a lei empresta personalidade, ou seja, são seres que atuam na vida jurídica, com personalidade diversa da dos indivíduos que os compõem, capazes de serem sujeitos de direitos e obrigações na ordem civil”.

Destarte, pode-se conceituar a pessoa jurídica como entidades as quais a lei empresta personalidade própria, distinta de seus membros, capacitando-as a serem sujeitos de direitos e obrigações.

2.2 NATUREZA JURÍDICA

A maior dificuldade encontrada pelos doutrinadores em pacificar a natureza da Pessoa Jurídica encontra-se no fato de existir varias teorias a cerca do tema, vale ainda ressaltar que o professor Venosa⁵, ao citar Francisco Ferrara, adverte a cerca desta dificuldade encontrada pelos estudiosos do direito dizendo:

...é por demais polêmica a conceituação da natureza da pessoa jurídica, dela tendo-se ocupado juristas de todas as épocas e de todos os campos do direito. Como diz Francisco Ferrara, com freqüência o problema dessa conceituação vê-se banhado por posições de paixões políticas e religiosas e, de qualquer modo, sobre a matéria formou-se uma literatura vastíssima e complexa, cujas teorias se interpenetram e se mesclam, num emaranhado de posições sociológicas e filosóficas.

Dentre as principais teorias a respeito da natureza jurídica devem-se citar quatro, que são:

³ Kelsen, Hans. **Teoria pura do Direito**. Trad. João Baptista Machado, 4ª ed. Martins Pontes, 1994, p. 188.

⁴ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. 34ª ed, Saraiva.2003, v. 1, p. 86.

⁵ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2002, v. 1, p.209.

a) Teoria da Ficção Legal: Sustentada por Savigny, a teoria da ficção afirma que somente o homem seria capaz de torna-se sujeito de direito, entendendo, portanto, que a pessoa jurídica seria uma espécie de ficção legal, ou seja, a pessoa jurídica apresentaria-se apenas como uma mera ficção legal, o que para muitos doutrinadores não corresponde com a realidade, uma vez que o Estado também é uma pessoa Jurídica, e por consequência se o considerar como mera ficção, o direito que dele emana também será apenas ficção;⁶

b) Teoria da Equiparação: Inicialmente defendida por Windscheid e Brinz, tem como principal argumento que, a pessoa jurídica é um patrimônio e o que diferenciaria este dos outros bens seriam apenas no tratamento que é equiparado ao das pessoas naturais. Essa teoria não é bem aceita pela maioria dos nossos doutrinadores devido ao fato de que, caso isso ocorra os bens poderiam ser levados à categoria de sujeitos de direito.⁷

c) Teoria da Realidade Objetiva ou Orgânica: Segundo Gierke Zitelmann, criador da teoria orgânica, as pessoas jurídicas são como organismos sociais, sendo possuidores de vontade própria e distinta de seus membros com o fim de alcançar seus objetivos. Essa teoria, também, não é bem aceita pela maioria dos doutrinadores, uma vez que afirmar categoricamente que a pessoa jurídica possui vontade própria e independente das de seus membros, seria como se a pessoa jurídica fosse um organismo vivo e independente da vontade humana e não um organismo social criado pela da vontade de seus membros e com o fim de realizar a vontade dos mesmos.

d) Teoria da Realidade das Instituições Jurídicas: Criada por *Hauriou*, este instituto afirma que a personalidade jurídica é um atributo que a ordem jurídica estatal confere a entes que o merecem, valendo-se que a pessoa jurídica é uma realidade jurídica. De modo que, se a pessoa jurídica for analisada por este ângulo, a instituição preexiste ao momento em que a pessoa jurídica nasce criando um vínculo social, unindo indivíduo que visam a um mesmo fim.⁸

⁶ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. 34ª ed, Saraiva.2003, v. 1, p. 87

⁷ Opus cit, p. 87

⁸ idem, p. 88

Por tanto, sendo esta teoria a que melhor atende à essência da pessoa jurídica, por estabelecer que a mesma seja uma realidade de ordem jurídica.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Segundo o professor Rodrigues⁹ “as pessoas jurídicas podem ser classificadas tendo em vista sua estrutura ou a órbita de sua atuação”

2.3.1 Quanto a sua estrutura:

Quanto a sua estrutura pode-se classificar a pessoa jurídica como: *universitas personarum* e *universitas bonorum*.

2.3.1.1 *Universitas Personarum*:

Possuindo como elemento subjacente o homem, é a reunião de um grupo de pessoas que, apenas coletivamente, lhe são atribuídos certos direitos as quais estes os exerce por meio de uma vontade única, tais como as associações e as sociedades.

2.3.1.2 *Universitas Bonorum*:

Sendo constituídas em torno de um patrimônio personalizado destinado que lhe da unidade, tais como as fundações.

⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2002, v. 1, p.209.

2.3.2 Quanto à órbita de atuação:

Quanto à órbita de atuação, por intermédio do artigo 40 do Código Civil de 2002, podem-se classificar as pessoas jurídicas como: pessoas jurídicas de direito público interno, pessoas jurídicas de direito público externo e pessoas jurídicas de direito privado.

2.3.2.1 Pessoa Jurídica de Direito Público Interno:

Determina o art. 41 do Código Civil que são considerados pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, DF, os Territórios e Município, a Autarquia que por advento do art. 5º do Decreto-lei nº 200/67, com a alteração do Decreto nº 900/69.

2.3.2.2 Pessoa Jurídica de Direito Público Externo:

Conforme o art. 42 do Código Civil entende-se como pessoas jurídicas de direito público externo as nações politicamente organizadas, que se atribuem reciprocamente de personalidade jurídica, trocando representantes diplomáticos e organizando entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas. Assim, todos os Estados, politicamente organizados, são tidos como pessoas jurídicas na esfera internacional.

Entende-se que a Igreja Católica tem personalidade internacional sob a égide da Santa Sé, com representantes diplomáticos nas nações, que igualmente enviam seus embaixadores à Santa Sé. Esse tratamento é excepcional, porque é a única igreja assim tratada.¹⁰

¹⁰ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2002, v. 1, p.245.

2.3.2.3 Pessoa Jurídica de Direito Privado:

Nas palavras do professor Venosa:¹¹.

as pessoas jurídicas de direito privado originam-se da vontade individual, propondo-se à realização de interesses e fins privados, em benefício dos próprios instituidores ou de determinada parcela da coletividade

O Código Civil Brasileiro de 2002 diz, no seu art. 44 enumera quem são as pessoas jurídicas de direito publico privado: são pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações; e por força da Lei nº 10.825/2003 duas outras entidades, IV - as organizações religiosas e V - os partidos políticos.

Em análise ao artigo supracitado pode-se então subdividir as Pessoas Jurídicas de Direito Privado em dois grupos distintos; as Pessoas Jurídicas de Direito Privado Estatal e as Pessoas Jurídicas de Direito Privado Não Estatal.

As Estatais são as pessoas jurídicas cujo capital social é formado majoritariamente ou totalmente por recursos provenientes do poder publico, que compreende a sociedade de economia mista, da qual particulares também participam, embora minoritariamente, e a empresa pública. Já as Pessoas Jurídicas de Direito Privado Não Estatal, são formadas pelas fundações, associações e sociedades que se distingue das duas anteriores em virtude de seu escopo negocial.¹²

As associações por sua vez se dividem em sociedade simples, cujo objeto social é explorado sem profissionalmente organizar os fatores de produção, e sociedades empresarias onde a forma de exploração do objetivo social se dá de forma organizada dos meios de produção.

¹¹ Idem. p.247.

¹² COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 14 ed. P. 110

2.3.2.3.1 Requisitos Legais para a Existência das Pessoas Jurídicas de Direito Privado

O Código Civil no seu art. 45 é claro ao dizer que as pessoas jurídicas somente poderão existir legalmente após a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro. Ainda determinando no mesmo artigo que, poderá, antes ainda, ser necessária a autorização ou do Poder Executivo, averbar no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Lotufo ¹³ pondera a cerca do supracitado dispositivo dizendo que:

É de responsabilidade do Estado a fiscalização das pessoas jurídicas de direito privado. As sociedades e associações, ao serem criadas, devem obedecer ao requisito do prévio registro formal, para o início da personalidade jurídica, para a publicidade de sua existência.[...]
O ato de vontade das pessoas naturais na criação não é o bastante, no sistema, pois fica condicionado ao ato registral, que confere reconhecimento à nova pessoa jurídica.

Para Lopes ¹⁴ existem três sistemas que vigoram acerca das condições para a existência das pessoas jurídicas, o sistema de concessão, onde há necessidade de autorização estatal para a aquisição da personalidade jurídica; o sistema misto, onde haverá necessidade de concessão estatal somente para determinada classe de pessoas jurídicas, este é o sistema adotado pelo direito brasileiro; e o sistema de plena liberdade de formação de associações, que como o próprio nome já diz, confere plena liberdade de que as pessoas físicas tem de associação e formação de uma pessoa jurídica.

O Código Civil em seu artigo 985, quanto à sociedade, dita que a Sociedade passa a adquirir personalidade jurídica com a inscrição dos seus atos constitutivos no registro próprio e na forma da lei, devendo-se ainda respeitar o que prescreve o artigo 1.150 do mesmo diploma legal.

Vale ressaltar que o registro civil das pessoas jurídicas é disciplinado pelo Título III da lei de Registros Públicos, Lei n.º 6.015/73.

¹³ LOTUFO, Renan. **Código civil comentado**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 131

¹⁴ LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. Freitas Bastos: 1995, v. 5, 4ª ed. p. 375

Assim sendo, são requisitos para a constituição de uma pessoa jurídica, os elementos formais e materiais, além, é claro, da licitude de seu objetivo ou fim.

Os requisitos formais se fundamentam na necessidade da aquisição da capacidade jurídica na forma da lei. Enquanto os requisitos materiais se fundam na vontade humana de criar uma entidade com personalidade distinta de seus sócios.

Por fim o requisito da licitude, onde o objetivo da pessoa jurídica seja lícito, requisito este que se não for cumprido poderá ser causa da extinção ou dissolução da pessoa jurídica, conforme anuncia o Decreto-lei 9.085 de 1946.

3 RESPONSABILIDADE CIVIL

3.1 CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Assentado o princípio, universalmente aceito que o indivíduo que causa prejuízo outra pessoa, tem a obrigação de reparar-lo, o direito trás a teoria da responsabilidade civil como a forma mais justa de ditar a maneira e em que condições tal prejuízo devera ser reparado.

Citando Gonçalves¹⁵ pode-se dizer, a respeito do da responsabilidade civil que,

[...] a responsabilidade civil integra o direito obrigacional por a principal consequência da pratica de um ato ilícito ser a obrigação de seu autor reparar o dano, onde por obrigação se pode ter como sendo o vinculo jurídico que confere ao credor o direito de exigir do devedor o cumprimento da prestação.

Vale salientar que o Código Civil de 2002 em seu art. 927 deixa isso bem claro ao definir que em havendo dano a direito alheio causado por ato ilícito, o responsável pela prática do ato fica obrigado a repará-lo.

O Código Civil de 2002, em seu art. 186, a respeito do ato ilícito, explicando que, o indivíduo que por ação ou omissão voluntária, negligente ou mesmo imprudente violar direito e por conta disso causar prejuízo a outrem, ainda que o prejuízo seja apenas de valor moral comete ato ilícito.

¹⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto **Sinopses Jurídicas: Direito das Obrigações: parte especial: Responsabilidade Civil**. Saraiva:2002, v. 6, 2ª ed., p. 01.

Nesse sentido já se pode vislumbrar algo sobre a definição de responsabilidade civil, apesar de esta não ser pacífica em meio à doutrina, podendo citar entre outros a definição de Sourdat que se baseia na culpa ao defini-la como sendo o dever de reparar o dano decorrente do fato de que se é o autor direto ou indireto¹⁶, no mesmo sentido Savatier vem definir a responsabilidade civil como a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou pelo fato de pessoa ou coisa que dela dependam¹⁷. No entanto há outros doutrinadores que encaram a responsabilidade civil, a exemplo de Josserrand, como um instituto bipolar, onde há um pólo objetivo que considera o risco criado e o subjetivo onde se leva em conta a culpa do agente.

Frente a esses argumentos o professor Lopes¹⁸ trouxe o conceito de responsabilidade civil como sendo, a obrigação de reparar um dano, por decorrer de uma culpa ou de outra circunstância legal que a justifique, como a culpa presumida, por uma circunstância meramente objetiva.

Assim, ante o exposto, vêm finalmente à definição de Diniz¹⁹, que nas lições de Oswaldo Bandeira do Nascimento conceitua a responsabilidade civil como sendo:

[...] a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.

Desse modo, ante as definições acima transcritas, afirmamos que a responsabilidade civil corresponde ao dever de determinado sujeito de reparar o prejuízo sofrido por outrem, em razão de um acordo anteriormente firmado, ou por imposição de lei.

¹⁶ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p.36.

¹⁷ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. Saraiva: 2003, v. 4, 20ª ed., p. 06.

¹⁸ LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. Freitas Bastos: 1995, v. 5, 4ª ed. p. 188-189.

¹⁹ DINIZ, Maria Helena, **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p.36.

3.2 ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil pode ser classificada, segundo a maioria dos doutrinadores, quanto ao seu fundamento (objetiva ou subjetiva), fato gerador (contratual ou extracontratual) ou em relação ao agente (direta ou indireta).

3.2.1 Quanto ao seu fundamento

Quanto ao seu fundamento, baseando-se na lição de Diniz²⁰, a responsabilidade civil pode ser subjetiva ou objetiva, sendo que a primeira existe em função da culpa ou dolo, por ação ou omissão, lesiva a determinada pessoa. Já na segunda, não se leva em conta se a conduta daquele que causou o dano é culposa ou dolosa, baseando-se o dever de indenizar apenas no risco.

Entretanto, a lei impõe em determinadas situações, a obrigação de reparar o dano independentemente de culpa. É a teoria dita objetiva ou do risco, que prescinde de comprovação da culpa para a ocorrência do dano indenizável. Basta haver o dano e o nexo de causalidade para justificar a responsabilidade civil do agente. Em alguns casos presume-se a culpa, responsabilidade objetiva imprópria, noutros a prova da culpa é totalmente prescindível, ou seja, responsabilidade civil objetiva propriamente dita.

Assim, em vista ao que foi dito, concluímos que a responsabilidade civil não pode assentar-se exclusivamente na culpa ou no risco, pois sempre existirão casos em que um destes critérios se revelará manifestamente insuficiente. A teoria do risco não vem substituir a teoria subjetiva, mas sim completá-la, pois, apesar dos progressos da responsabilidade objetiva, que vem ampliando seu campo de aplicação, seja através de novas disposições legais, seja em razão das decisões dos nossos tribunais, por mais numerosas que sejam, continuam a serem exceções abertas ao postulado tradicional da responsabilidade subjetiva.

²⁰Idem, p.93 e 94.

3.2.2 Quanto ao seu fato gerador

Quanto ao fato gerado, Diniz diz que a responsabilidade civil pode ser classificada em contratual ou extracontratual.

No entanto, existem duas teorias a respeito do tema, a primeira teoria é a dualista que afirma que apesar de as soluções para a responsabilidade contratual e extracontratual serem idênticas, tratam-se de espécies diferentes de responsabilidade, enquanto a segunda teoria, a unitária, fundamentando-se no argumento de que pouco importa os aspectos os quais se apresenta a responsabilidade civil no mundo jurídico, pois para essa teoria seus efeitos são uniformes.²¹

O Código Civil de 2002 optou por adotar a teoria dualista, distinguindo as duas espécies de responsabilidade, ao disciplinar de forma genérica a responsabilidade extracontratual nos arts. 186, 187, 188 e 927 e seguintes e a contratual nos arts. 389 e seguintes e 395 e seguintes.

Infelizmente o legislador omitiu qualquer referencia diferenciadora a respeito da culpa do agente, no entanto Carlos Roberto Gonçalves²² nos aponta a diferença dizendo que:

[...] na responsabilidade contratual, o inadimplemento presume-se culposos. O credor encontra-se em posição mais favorável, pois está obrigada a demonstrar que a prestação foi descumprida, sendo presumida a culpa do inadimplente, [...] na extracontratual, no entanto, ao lesado incumbe o ônus de provar a culpa do causador do dano.

Quanto à origem o professor Gonçalves²³, ainda ensina que a responsabilidade contratual nasce da convenção das partes enquanto a extracontratual nasce da simples inobservância do dever genérico de não causar lesão a outrem, já quanto à capacidade, o professor diz que no âmbito da

²¹ FRANCO, Paulo Sergio de Moura e DALBOSCO, Ana Paula **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**, disponível em:

<http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10/02/2008

²² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Sinopses Jurídicas: Direito das Obrigações: parte especial: Responsabilidade Civil**. 2.ed. Saraiva: 2002, v. 6, p. 12.

²³ Idem, p. 23.

responsabilidade contratual ela sofre limitações, diferentemente da extracontratual onde esta se torna mais ampla.

2.2.3 Em relação ao agente

Diniz²⁴ ensina que em relação o agente a responsabilidade será direta ou indireta, sendo que a primeira ocorre quando o fato causador do dano for cometido pelo próprio agente e a segunda nos casos em que o fato for causado por outrem pelo qual o agente possui um vínculo legal de responsabilidade ou por coisa ou animais sob sua guarda.

Assim sendo, então haverá responsabilidade direta por ato pessoal, quando alguém com sua própria conduta realizar fato que cause dano a outrem, conduta que pode ser de natureza dolosa ou culposa, já a responsabilidade indireta ocorre quando alguém responde por atos ocorre de pessoas que são suas dependentes como, por exemplo, representantes, auxiliares, substitutos, ou que estejam sob sua vigilância como filhos, alunos, hóspedes ou quando o dano for causado por animais, máquinas aparelhos, produtos ou construções.

Vale observar que, a responsabilidade oriunda de fatos causados por coisas ou animais geralmente é objetiva, destacando especialmente a responsabilidade por produtos e serviços defeituosos, prevista no art. 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor, a resultante de poluição ambiental esta inserida no art. 14, §1º da Lei 6.938 de 1981.²⁵

3.3 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.

É muito difícil identificar quais os pressupostos para a configuração da responsabilidade civil, pois na doutrina dispares são os entendimentos, entre eles o de Marty Raynoud para quem os pressupostos de definem na existência do fato

²⁴ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p. 120.

²⁵ FRANCO, Paulo Sergio de Moura, DALBOSCO, Ana Paula. **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**. Disponível em: <http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10/02/2008.

danoso, o prejuízo e o liame entre eles, com a estrutura comum da responsabilidade, já Savatier apresenta a culpa e a imputabilidade como seus pressupostos e Trabucchi exige o fato danoso, o dano e a antijuridicidade ou culpa.²⁶

O art. 186 do Código Civil de 2002 estabelece que: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

Da hermenêutica do supracitado dispositivo, que introduz na norma pátria a previsão do dano moral, extraem-se os seguintes pressupostos da responsabilidade civil: a conduta humana; culpa ou dolo do agente; relação de causalidade; e o dano experimentado pela vítima.

Contudo, observa-se que o direito positivo pátrio apenas não só admitiu como priorizou bem mais, a idéia de responsabilidade civil independente de culpa, ou seja, a responsabilidade civil objetiva, por consequência disto, não sendo prudente aceitar a culpa ou dolo do agente como pressuposto essencial da responsabilidade civil.

Com a evolução do Direito Civil, já não se admite a idéia de que a culpa está de forma obrigatória ligada à responsabilidade civil, pelo contrário, no que diz em termos quantitativos, o que se verifica é a predominância de demandas judiciais indenizatórias fundadas em responsabilidade sem culpa. Deixando para trás, portanto, a idéia de que a responsabilidade subjetiva é a regra enquanto a responsabilidade objetiva seria a exceção.²⁷

Os professores Gagliano e Pamplona Filho²⁸, demonstram claramente a idéia, acima referida, ao ensinarem que, a culpa não é um elemento essencial, mas sim accidental. Determinando, portanto, os elementos básicos ou pressupostos gerais

²⁶ *Idem.* acesso em 10/02/2008.

²⁷ FRANCO, Paulo Sergio de Moura e DALBOSCO, Ana Paula **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**, disponível em:

<http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10/02/2008.

²⁸ GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Saraiva: v. 3, p.10.

da responsabilidade civil como sendo apenas a conduta humana, o dano, e o nexo de causalidade.

Para Diniz²⁹ os pressupostos da responsabilidade civil são, a ação, comissiva ou omissiva qualificada juridicamente, ocorrência de um dano patrimonial ou moral e o nexo de causalidade entre a ação e o dano produzido.

Entretanto, não se pode desprezar, a relevância do estudo da culpa na responsabilidade civil, pois conforme adverte Pereira³⁰:

a abolição total do conceito da culpa vai dar num resultado anti-social e amoral, dispensando a distinção entre o lícito e o ilícito, ou desatendendo à qualificação da boa ou má conduta, uma vez que o dever de reparar tanto corre para aquele que procede na conformidade da lei, quanto para aquele outro que age ao seu arrepio.

Também, sob a orientação do professor Venosa³¹, em comentário ao parágrafo único do art. 927, pode-se dizer que o código civil não fez desaparecer a responsabilidade com culpa em nosso sistema. A responsabilidade objetiva, ou responsabilidade sem culpa, somente pode ser aplicada quando existe lei expressa que autorize. Portanto, na ausência de lei expressa, a responsabilidade pelo ato ilícito será subjetiva, pois esta é a regra geral no direito brasileiro. Em casos excepcionais, levando em conta os aspectos da nova lei, o juiz poderá concluir pela responsabilidade objetiva no caso que examina. No entanto, advirta-se, o dispositivo questionado explica que somente pode ser definido como objetiva a responsabilidade do causador do dano quando este decorrer de atividade normalmente desenvolvida por ele.

Fixado esse entendimento, têm-se como pressupostos ou elementos básicos da responsabilidade civil: a conduta humana (ação ou omissão), o dano e o nexo de causalidade.

²⁹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p. 37.

³⁰ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Forense:1997, v. 5, 11ª ed., p. 391.

³¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **A Responsabilidade Objetiva no novo Código Civil**. Disponível em: www.societario.com.br/demarest/svrespobjetiva.html. Acesso em 12/02/2008.

3.4.1 Conduta humana (ação ou omissão).

A conduta humana, omissiva ou comissiva, passível de responsabilidade civil pode ser praticada pelo próprio agente causador do dano, por terceiros, nos casos de danos causados pelos filhos, tutelados, curatelados (art. 932, I e II do CC.), empregados (art. 932, III do CC.), hóspedes ou alunos (art. 932, IV do CC.) e, ainda, por fato causado por animais e coisas que estejam sob a guarda do agente (art. 936 do CC.).

Diniz³² ensina que a conduta humana, como pressuposto da responsabilidade civil, pode ser definida como:

Todo ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro, ou o fato de animal ou coisa sob sua responsabilidade, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado

À luz dessa definição, constata-se que a responsabilidade subjetiva decorrente de ato ilícito baseia-se na idéia de culpa, enquanto que a responsabilidade objetiva funda-se no risco.

3.4.2 Dano.

Só haverá responsabilidade civil se houver um dano a reparar, o qual poderá ser patrimonial ou extrapatrimonial.³³

Diniz³⁴ se baseando nos ensinamentos de Lucio Bove, define o dano como sendo “a lesão que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral”.

³² DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p. 40

³³ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Sinopses Jurídicas: Direito das Obrigações: parte especial: Responsabilidade Civil**. 2.ed. Saraiva: 2002, v. 6, p. 17

³⁴ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p. 61

Portanto para que a conduta humana acarrete a responsabilidade civil do agente, é imprescindível a comprovação do dano dela decorrente. Sem a prova do dano, não há o que se falar de responsabilidade. Pois, o dano é um dos pressupostos indispensáveis da responsabilidade civil, seja ela contratual ou extracontratual, porquanto, sem a sua ocorrência inexiste a obrigação de indenizar.

Para Cavalieri Filho, citado por Gagliano e Pamplona Filho³⁵, não haveria que se falar em indenização, nem em ressarcimento, se não houvesse dano. Pode haver responsabilidade sem culpa, mas não pode responsabilidade sem dano. Na responsabilidade objetiva, qualquer que seja a modalidade do risco que lhe sirva de fundamento o dano constitui o seu elemento preponderante. Tanto é assim que, sem dano, não haverá o que reparar, ainda que a conduta tenha sido culposa ou até dolosa.

A doutrina classifica o dano em dois tipos distintos, o dano patrimonial ou material e o dano extrapatrimonial ou moral.

2.4.2.1 Dano Patrimonial.

Para Diniz³⁶, tem-se por dano patrimonial, ou material, toda lesão concreta ao patrimônio da vítima, que acarreta na perda ou deterioração, total ou parcial, dos bens materiais que lhe pertencem, sendo suscetível de quantificação pecuniária e de indenização pelo responsável. O dano patrimonial abrange o dano emergente (o que efetivamente se perdeu) e o lucro cessante (o que se deixou de ganhar em razão do evento danoso).

Ainda, segundo Diniz³⁷, dizemos que o dano patrimonial é direto quando causa diretamente prejuízo ao patrimônio da vítima, e indireto quando atinge interesses extrapatrimoniais do lesado, entendendo-se como neste caso como extrapatrimoniais somente os casos em que se causa perda patrimonial, assim como

³⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Saraiva: v. 3, p. 40.

³⁶ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p.64

³⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Sinopses Jurídicas: Direito das Obrigações: parte especial: Responsabilidade Civil**. 2.ed. Saraiva: 2002, v. 6, p.74

pode ser considerado indiretos os danos causados a terceiros resultantes de um dano direto, sendo portanto uma seqüência possível e não necessária.

3.4.2.2 Dano Moral.

Diniz³⁸ define o dano moral como lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica, provocada por fato lesivo.

A constituição Federal de 1988 fortaleceu, de maneira decisiva, a posição da pessoa humana, e de sua dignidade, no ordenamento jurídico, logrando a determinação do dever de reparar todos os prejuízos injustamente causados à pessoa humana.

Os tribunais têm reconhecido à existência de dano moral não apenas nas ofensas à personalidade, mas também sob forma de dor, sofrimento e angústia. Há "situações em que a frustração, o incômodo ou o mero aborrecimento é invocado como causa suficiente para o dever de indenizar".³⁹

Assim como o dano patrimonial o dano moral pode ser direto quando lesar um interesse que tem por fim satisfação ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos de personalidade ou nos atributos da pessoa, e indireto quando provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a um ato lesivo a um interesse patrimonial.⁴⁰

3.4.5 Nexo de Causalidade.

Diniz⁴¹ define nexo causal como a “relação necessária entre o evento danoso e a ação que produziu, de tal sorte que esta é considerada como sua causa.”

³⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p.84

³⁹ SCHREIBER, Anderson. **Arbitramento do Dano Moral no novo Código Civil**. RTDC. Rio de Janeiro: Padma, 2002, v. 12, p. 4 e 5.

⁴⁰ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.7, p.86-87

⁴¹ *Idem*. p.100

A despeito da existência do dano, se sua causa não estiver relacionada com o comportamento do agente, não haverá que se falar em relação de causalidade e, via de consequência, em obrigação de indenizar. Nexo de causalidade é, pois, o liame entre a conduta e o dano.

Em análise ao artigo 486 do Código Civil conclui-se que não há como admitir a existência de uma obrigação de indenizar sem relação de causalidade entre o fato incriminador e o prejuízo.

Os doutrinadores têm encontrado dificuldades em determinar a verdadeira causa do dano quando aparecem com causas, as quais podem ser simultâneas, que é quando há um só dano, ocasionado por mais de uma causa, onde se pode atribuir as mais de uma pessoa o dano, exemplo disso é o artigo 942 parágrafo único do Código Civil que estabelece a responsabilidade solidária em matéria extracontratual, e responsabilidade sucessiva quando se estabelece uma cadeia de causas e efeitos⁴².

Entretanto a grande dificuldade encontra-se no estudo das concausas sucessivas, pois se indaga quais das causas devem ser acolhidas como responsáveis pelo dano.

Com o intuito de encontrar uma solução para o problema, é que se pode citar três principais teorias a respeito desta questão, a teoria da equivalência das condições ou *sine qua non*, onde qualquer circunstância que tenha ocorrido para produzir o dano é considerado uma causa, a teoria da qualidade adequada, que considera como somente causador do dano a condição por si só apta a produzi-lo e por fim, a teoria dos danos diretos e imediatos, é um meio termo das anteriores, que requer haja entre a conduta e o dano, relação de causa e efeito direta e imediata.⁴³

O código civil pátrio adotou a teoria do dano direto e imediato como se verifica em análise ao art. 403: “Ainda que a execução resulte de dolo do devedor,

⁴² GONÇALVES, Carlos Roberto. **Sinopses Jurídicas: Direito das Obrigações: parte especial: Responsabilidade Civil**. 2.ed. Saraiva: 2002, v. 6, p. 68.

⁴³ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Sinopses Jurídicas: Direito das Obrigações: parte especial: Responsabilidade Civil**. 2.ed. Saraiva: 2002, v. 6, p. 69 e 70

as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito direto e imediato, sem prejuízo do dispositivo processual”, não sendo indenizável o dano remoto.⁴⁴

⁴⁴ Opus cit. p. 71.

4 DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

4.1 BREVE RESUMO HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NO BRASIL.

O professor Sérgio Ferraz, em 1977, publicou um artigo, que para muitos autores é a principal referência no que diz respeito à responsabilidade civil por dano ao meio ambiente, onde aponta a degradação ambiental como um problema mundial afeto aos cidadãos do planeta que presenciam e se conscientizam da alarmante existência de iniciativas que possam impedir a ação predatória ao meio ambiente.⁴⁵

Em seu trabalho, Ferraz considera a ecologia como ligada à sobrevivência de forma indissociável, sendo desta forma um patrimônio de todos, no sentido não de um determinado povo, mas em nível mundial.⁴⁶

O professor Ferraz, ainda, inovou ao propor a redefinição da noção jurídica de patrimônio, ao dizer que se precisava reformular o instrumento jurídico que permite o funcionamento de indústrias, onde a autorização para exercício de atividades potencialmente degradantes do meio ambiente fosse a título precário revogável unilateralmente, e possibilitar que a todo cidadão possa promover a atuação de tutela do meio ambiente, assim como se redefinindo ao instituto da desapropriação, para possibilitar a mesma para fins de preservação e melhoria da qualidade ambiental.⁴⁷

⁴⁵ BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Responsabilidade Civil por Dano Causado ao Meio Ambiente**. Del Rey: 1999, p. 316-317.

⁴⁶ *Opus cit.* p. 317

⁴⁷ *Idem.* p. 317

Assim, em razão do interesse público, sustentou Sérgio Ferraz em seu artigo que a responsabilidade civil por dano ao meio ambiente deveria ser objetiva.⁴⁸

No mesmo ano, pela primeira vez, a legislação brasileira acolheu a modalidade objetiva para a responsabilidade civil ambiental, no Decreto nº 79.347 de 1997, que promulgou a convenção internacional sobre responsabilidade civil em danos causados por poluição de óleo em 1969. Posteriormente nesse mesmo ano a lei 6.4532/77, em seu art. 4º, caput, acolheu também a responsabilidade civil por dano nuclear.⁴⁹

Com a promulgação da lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, consagrou-se a responsabilidade civil em relação a todo e qualquer dano ao meio ambiente, ao dispor em seu art. 14 § 1º: “Sem obstar as penalidades desse artigo, é o poluidor obrigado, independente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade...”⁵⁰

Assim sendo, o dispositivo supracitado tem sido considerado pela doutrina como recepcionado pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 225 §3º, ocorrendo apenas, no entanto, divergência entre a doutrina a respeito da responsabilidade civil objetiva do art. 14 § 1º que para uns se embasa na idéia da teoria do risco criado enquanto outros afirmam constar nela à teoria do risco integral.

4.2 A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Carta Magna de 1988 deu importante atenção à questão ambiental, pois estabeleceu contornos jurídicos na tutela do meio ambiente.⁵¹

O art. 225 § 3º da Constituição Federal previu a tríplice penalização do poluidor, tanto pessoa física como jurídica, do meio ambiente: sanção penal, por

⁴⁸ *Idem.* p. 318

⁴⁹ MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. Forense Universitária, 4ª ed. 2002. p. 61

⁵⁰ *Opus cit.* p. 61

⁵¹ FRANCO, Paulo Sergio de Moura e DALBOSCO, Ana Paula **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**, disponível em:
<http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10/02/2008

conta da responsabilidade penal, a sanção administrativa, em decorrência da denominada responsabilidade administrativa e a sanção civil, em razão da responsabilidade civil.⁵²

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...]

§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Em 1981 com o advento da Lei 6.938, foi inserida em nosso ordenamento jurídico a responsabilidade objetiva ambiental, o que gerou após a promulgação da Carta Magna, questionamento em relação à recepcionalidade da responsabilidade objetiva, prevista na referida lei, tendo em vista que o atual texto constitucional absteve-se de consagrar a fórmula anterior, “independente de culpa”.⁵³

Essa controvérsia foi logo superada, pois em meio à doutrina entendeu-se que embora a redação não use a fórmula independente da existência de culpa, como faz o art. 14 § 1º da Lei 6.938/81, a Constituição seguiu nesse sentido, considerando-se o imperativo “sujeitarão”, contido no texto constitucional, e levando em conta que houve a separação da obrigação de reparar os danos causados das sanções penais e administrativas, tudo isso levando a crer de que a CF/88 não quis seguir o esquema de responsabilidade fundada na culpa.⁵⁴

Mais tarde a Lei 9.605/98, em seu art. 3º consagrou a responsabilidade civil, estabelecendo-a da seguinte forma:

Art. 3º - As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto nesta lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

⁵² FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Saraiva, 6 ed. 2005. p. 46

⁵³ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Lumes Júris, 6 ed. 2002, p. 148

⁵⁴ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação Civil Pública em Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e dos Consumidores**. Revista dos Tribunais, 6 ed. P. 200

Por fim, ao assumir posição definitiva na ordem constitucional, a responsabilidade civil ambiental foi premiada com três dispositivos. O primeiro deles, supramencionado, tem função genérica, tendo aplicabilidade em quase todos os casos de dano ambiental, já os dois restantes referem-se especificamente ao dano ambiental causado pela atividade mineradora e ao dano nuclear.

CF/88, art. 225, § 2º: "Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei."

CF/88, art. 21, XXIII, c: Compete à União: [...]

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições: [...]

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

4.3 DO DANO AMBIENTAL

É possível definir o dano ambiental como sendo uma lesão aos recursos ambientais, que se caracteriza pela pulverização de vítimas, por afetar uma pluralidade difusa de vítimas, que nas palavras de Milaré⁵⁵ "mesmo quando certos aspectos particulares de sua danosidade atingem individualmente certos sujeitos".

Por isso se pode identificar no direito brasileiro, no art. 14 § 1º da Lei 6.938/81, a previsão de duas modalidades de danos, o dano ambiental público e o dano ambiental privado, onde no primeiro caso, a indenização, quando reclamada, destina-se a um fundo, para a reconstrução dos bens lesados, enquanto que no segundo, a indenização destina-se a recompor o patrimônio das vítimas.

Outra característica é a difícil reparação, que na grande maioria dos casos de dano ambiental a reparação ao *status quo ante* é quase impossível e a mera reparação pecuniária é sempre insuficiente e incapaz de recompor o dano, sendo a

⁵⁵ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p.335

prevenção a melhor, quando não a única solução, pois como pondera Fabio Feldmann *apud* Millaré.⁵⁶

É essa – a prevenção – a ótica que orienta o direito ambiental. Não podem a humanidade e o próprio direito contenta-se em reparar e reprimir o dano ambiental. A degradação ambiental, como regra é irreparável. Como reparar o desaparecimento de uma espécie? Como trazer de volta uma floresta de séculos que sucumbiu sob a violência do corte raso? Como purificar um lençol freático contaminado por agrotóxicos?

O que não impede que em certos casos o dever de reparar o dano não alcance os objetivos que dele se espera, como se pode depreender do exemplo citado por Milaré⁵⁷ que diz que na “hipótese de repovoamento de um rio que, contaminação circunstancial por resíduos, perde a população de peixes que o caracteriza”.

Por derradeiro, o dano ambiental é de difícil valoração, característica esta que é corolário da anterior, na medida em que há dificuldades em se estabelecer parâmetros econômicos de reparação, ou seja, mesmo que levado avante o esforço reparatório, nem sempre é possível, no estágio atual do conhecimento, o cálculo da totalidade do dano ambiental.⁵⁸

Mesmo diante das dificuldades já existentes, com advento da lei nº 8.884/94, no art. 88, previu-se a possibilidade de cobrar danos morais coletivos, através de ações de responsabilidade civil em matéria de tutela de interesses transindividuais, o que tornou mais complexa ainda a matéria, o que não tira a legitimidade de interesse para tal procedimento pela parte lesada pois, como leciona Bitta Filho:⁵⁹

[...] ora, se o individuo pode ser vítima de dano moral, porque a coletividade não pode sê-lo? [...] os valores coletivos, pois dizem respeito a comunidade como um todo, independentemente de suas partes. [...] o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado circulo de valores coletivos.

⁵⁶ *Idem.* p 335

⁵⁷ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário.** Revista dos Tribunais, 2000. p 336

⁵⁸ *Idem.* p. 336

⁵⁹ BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Do dano moral e coletivo no atual contexto jurídico brasileiro.** Revista do Direito do Consumidor. V. 12. 1994. p. 50

Assim, pode-se observar, a possibilidade de cumulação de danos morais e patrimoniais resultantes de um mesmo fato tornou impossível fazer uma avaliação criteriosa. Isso porque, se já é difícil a liquidação do dano ambiental com efeito patrimonial, pois nunca há uma completa satisfação na reparação do meio ambiente, seja pelo cumprimento de uma obrigação específica, seja quando se tratar de um valor em pecúnia, há redobrada dificuldade em se liquidar um dano moral decorrente de ofensa ao direito difuso ao meio ambiente.⁶⁰

4.4 A REGRA DA OBJETIVIDADE NA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

Nos casos onde ocorrem danos ao meio ambiente a regra a ser seguida é a da responsabilidade civil objetiva, independentemente de culpa.

Como foi destacado, a responsabilidade civil pelos danos causados ao meio ambiente é do tipo objetiva, em decorrência de o art. 255, § 3º da Constituição Federal preceituar a obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente, sem exigir qualquer elemento subjetivo para a configuração da responsabilidade civil.⁶¹

Como já salientado a teoria do risco integral foi inserida na Constituição por conta do art. 14 § 1º da lei 6.938/81, que neste sentido Sérgio Ferraz leciona:⁶²

Em termos de dano ecológico, não se pode pensar em outra colocação que não seja a do risco integral. Não se pode pensar em outra malha, que não seja a malha realmente bem apertada, que possa, na primeira jogada da rede, colher todo e qualquer possível responsável pelo prejuízo ambiental. É importante que, pelo simples fato de ter omissa, já seja possível enredar agente administrativo e particulares, todos aqueles que de alguma maneira possam ser imputados ao prejuízo provocado para a coletividade.

Na doutrina outros autores discordam expressamente, de que a responsabilidade civil objetiva não se baseia no risco integral, entre eles Mukai, que

⁶⁰ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Saraiva, 6 ed. 2005. p.38

⁶¹ *Opus cit.* p. 47

⁶² FERRAZ, Sérgio. **Responsabilidade Civil por dano ecológico**. Revista de Direito Público. p. 38

sustenta uma posição diferente afirmando que a responsabilidade civil objetiva por dano ao meio ambiente é a da modalidade do risco criado.⁶³

A responsabilidade civil objetiva por dano ambiental lastreia-se em princípio de equidade e que quem colhe benefícios com determinada atividade, responde pelo risco daí decorrentes.⁶⁴

No direito brasileiro a responsabilidade civil pelo dano ambiental não é típica, independe da ofensa a *standard* legal ou regulamento específico, pois é irrelevante a ilicitude da atividade, pouco importando que determinado ato tenha sido devidamente autorizado por autoridade competente ou que esteja de acordo com normas de segurança exigida, ou que as medidas de precauções tenham sido devidamente adotadas, ou que houve força maior ou caso fortuito como excludentes de responsabilidade, pois a teoria do risco integral fundamenta-se somente pelo fato de existir a atividade da qual adveio o prejuízo.⁶⁵

Antunes⁶⁶ lembra que no Brasil, os tribunais não têm considerado o risco como sendo determinante para a responsabilização, pois além deste é necessário o próprio dano, onde aponta como exemplo a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, AP. 1.171, julgada pela 5ª Câmara Cível para o qual:

[...] a pura infração de normas de zoneamento urbano não importa necessariamente a configuração de dano, atual ou potencial, ao meio ambiente. A condenação da empresa abster-se da atividade industrial não pode repousar na simples existência de risco.

Assim, nas palavras de Antunes:⁶⁷

O próprio risco, no qual se funda a responsabilidade ambiental, não é muito considerado, pois ao que parece, é necessário que o risco se materialize em um acidente para que seja efetivamente reparado. Concretamente, o Poder judiciário está abdicado de sua função cautelar em favor de uma

⁶³ BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Responsabilidade Civil por Dano Causado ao Meio Ambiente**. Del Rey: 1999, p. 321

⁶⁴ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p.338-339

⁶⁵ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p. 339-341

⁶⁶ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Lumes Júris, 6 ed. 2002, p.158

⁶⁷ *Idem*. p.159

atividade puramente repressiva que, em Direito Ambiental é de eficácia discutível.

Daí tem-se os requisitos essenciais para a existência da responsabilidade civil objetiva ambiental, qual sejam, o dano ao meio ambiente e nexos causal.

No entanto, Willian Freire noticiou haver uma corrente que defende a existência de três requisitos, além do dano ao meio ambiente e o nexos causal, necessários à configuração do dever indenizatório: a anomalia, a periodicidade e a gravidade do prejuízo.⁶⁸

Finalmente, concluir-se, que a responsabilidade civil objetiva se estabeleceu na responsabilidade ambiental com firmeza. Surgindo, oportunamente, como forma de assegurar à coletividade humana o direito de viver em um meio ambiente sadio, e ganhou forças como instrumento eficaz para penalizar aqueles que provoquem prejuízos incalculáveis à natureza.

4.5 REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

Em havendo um dano ambiental, há o dever de repará-lo. Busca-se primeiramente a recuperação do *status quo ante*, todavia, verificando-se a impossibilidade da recomposição ambiental, utiliza-se, subsidiariamente, a indenização pecuniária.

O retorno ao *status quo ante* sempre deve ser tentado independente de ser mais onerosa que a segunda, por a reversibilidade ao estado anterior ao dano se fazer imperiosa, apesar de nem sempre ser possível, pois como alerta Machado⁶⁹, “não basta indenizar, mas fazer cessar a causa do mal, pois um carrinho de dinheiro não substitui o sono recuperador, a saúde dos brônquios, ou a boa formação do feto”.

⁶⁸ FRANCO, Paulo Sergio de Moura e DALBOSCO, Ana Paula **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**, disponível em: <http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10/02/2008

⁶⁹ MACHADO, Paulo Alfonso Leme. **Princípios gerais de direito ambiental internacional e política ambiental brasileira: prevenção reparação e repressão**. RT, 1999. p. 273-274

Já a indenização em dinheiro apesar de ser um modo de punir o causador do dano é uma tentativa, econômica, de recomposição ambiental, que não consegue recompor o dano ambiental, por isso, como bem ensina Millaré⁷⁰ a indenização deve ser estipulada somente “quando a reconstituição não seja viável, fática ou tecnicamente, é que se admite a indenização em dinheiro. Essa, a reparação econômica, é portanto, forma indireta de sanar a lesão.

Cabe salientar que nas duas formas de reparação a lei busca impor um ônus pecuniário ao poluidor para, assim, dar uma resposta aos danos sofridos pela vítima seja individuo ou coletividade, evitar reiteração do comportamento do poluidor e dar exemplo para terceiros.⁷¹

Sérgio⁷² aponta o dano público ambiental ou dano biológico, também chamado dano ecológico ou dano ambiental como *tertium genus* entre o dano patrimonial, que surge frente à:

Problemática da degradação ambiental e cultural decorrente notadamente de agressivas tecnologias, da explosão demográfica, de ganâncias, de consumo exagerado, dos desperdícios, da contaminação de todos os elementos ambientais e culturais, de forma especial, por fontes industriais diversas, pela contaminação dos alimentos, pelo aumento de lixos inesgotáveis altamente perigosos.

Outra forma possível de reparação é a imposição ao poluidor de uma obrigação de fazer ou de não-fazer, que deve variar de acordo com o caráter e a causa da degradação oriunda de sua atividade.

O estudo do impacto ambiental, previsto pelo artigo 225, IV, da Constituição Federal brasileira tem entre suas finalidades precípuas, o objetivo de traçar uma solução técnica adequada à recomposição do ambiente modificado por atividade licenciada. Assim sendo, uma avaliação prévia dos danos facilitaria uma posterior reparação ao ambiente impactado.

⁷⁰ MILARÉ, Édis. ***Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário***. Revista dos Tribunais, 2000. p. 337

⁷¹ FRANCO, Paulo Sergio de Moura e DALBOSCO, Ana Paula ***A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental***, disponível em:

<http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10/02/2008

⁷² *Opus cit.*

CF/88, art. 225, § 1º, IV: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Embora a indenização, nas vias judiciais, seja o meio mais comumente utilizado para alcançar-se a reparação do dano causado, é de grande valia ressaltar que, nem todo dano se indeniza. É impossível determinar o montante a ser pago no caso da extinção de uma forma de vida, da contaminação de um lençol freático ou da devastação de uma floresta. Nesses casos, a composição monetária é absolutamente insatisfatória.

Portanto, todos os danos aos elementos integrantes do patrimônio ambiental e cultural, bem como às pessoas e ao seu patrimônio, como valores constitucionais e legalmente protegidos, são passíveis de avaliação e de ressarcimento, perfeitamente enquadráveis tanto na categoria do dano patrimonial como não patrimonial, pois o que determinará o cabimento de um ou de outro, serão as circunstâncias de fato de cada caso concreto.⁷³

⁷³ FRANCO, Paulo Sergio de Moura e DALBOSCO, Ana Paula **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**, disponível em: <http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10/02/2008

5 DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA PARA RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS

O ordenamento jurídico pátrio reconhece na pessoa jurídica um importantíssimo instrumento para o exercício da atividade empresarial, contudo, não a transformando em um dogma intransponível. A personalidade jurídica da sociedade deve atender a fins legítimos e de forma alguma ser pervertida. Todavia sempre que isso ocorrer, não poderá prevalecer da doutrina da separação patrimonial entre pessoa jurídica e sócios.

5.1 PERSONIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

No ordenamento jurídico brasileiro o que caracteriza o nascimento da pessoa jurídica é o registro dos atos constitutivos no órgão competente, pois mesmo que exista ato constitutivo e não se tenha efetuado o devido registro, existirá na verdade uma sociedade de fato ou irregular, onde não se cogita a autonomia patrimonial, portanto não há nestes casos possibilidade do uso da pessoa jurídica para fins escusos.⁷⁴

Barbosa⁷⁵, a respeito da personificação da pessoa jurídica, esclarece:

Enquanto as pessoas naturais adquirem personalidade jurídica a partir do nascimento com vida (a lei assegura o direito do nascituro), as sociedades somente podem ser consideradas personificadas depois do arquivamento de seus atos de constituição na junta comercial, sendo empresarias, ou no cartório de registro de pessoas jurídicas, no caso de sociedade simples.

⁷⁴ TOMAZETTE, Marlon. **A desconsideração da personalidade jurídica: Teoria, o CDC e o novo Código Civil**. Disponível em, [HTTP://www.jus.com.br/texto.asp?id=3104](http://www.jus.com.br/texto.asp?id=3104), acesso em 12.03.08

⁷⁵ BARBOSA, Carlos. **Direito Comercial, teoria e questões comentadas**. Elsevier, 2005, 45 ed.

Após o arquivamento a pessoa jurídica torna-se um ente personificado, podendo adquirir obrigações e direito dentro do ordenamento jurídico. Não esquecendo que a personificação confere a personalidade jurídica identidade distinta da das pessoas que a compõe, como ensina Coelho⁷⁶.

A pessoa jurídica não se confunde com as pessoas que a compõem. Este princípio, de suma importância para o regime dos entes morais, também se aplica a sociedade empresaria. Tem ela personalidade jurídica distinta da de seus sócios; são pessoas inconfundíveis, independente entre si.

Vale ainda ressaltar que, a pessoa jurídica é um expediente do direito destinado a simplificar a disciplina de determinadas relações entre os homens em sociedade. Portanto, a pessoa jurídica não possui existência fora do direito.

De qualquer maneira, a sociedade, como pessoa jurídica, é sujeito de direito personalizado, e poderá, por conta disso, vim a praticar todo e qualquer ato ou negócio jurídico em que inexista proibição expressa.⁷⁷

A personalização das sociedades confere à pessoa jurídica personalizada três conseqüências importantíssimas, sendo elas: a autonomia negocial, autonomia processual e a autonomia patrimonial.

5.1.1 Autonomia negocial:

A autonomia negocial é a capacidade que a sociedade tem de realizar atos jurídicos, tais como, celebrar contratos, comprar matéria prima, contratar serviços, etc.

Embora a sociedade realize tais atos pelas mãos de seu representante, é a pessoa jurídica, como sujeito de direito autônomo, personalizado que assume um dos pólos da relação negocial.

⁷⁶ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. Saraiva, 2003. 14 ed, p. 112

⁷⁷ *Opus cit.* p. 113

Assim, o sócio que assina o negócio o faz em nome da sociedade e não em nome próprio.

5.1.2 Autonomia processual:

A autonomia processual confere à pessoa jurídica a capacidade de demandar e ser demandada em juízo, ou seja, a pessoa jurídica tem a capacidade de ser parte processual.

Sendo assim, a ação referente a negócio da sociedade deve ser endereçada contra a pessoa jurídica e não os seus sócios ou representante legal. Quem outorga mandato judicial, recebe citação, recorre, é a pessoa jurídica como sujeito autônomo.

5.1.3 Autonomia patrimonial:

Conferindo a sociedade a capacidade de ter patrimônio próprio, este é diverso do patrimônio de seus sócios, respondendo a pessoa jurídica com seu patrimônio pelas obrigações que assumir.

Ainda sobre a autonomia patrimonial esclarece Coelho⁷⁸:

[...] em consequência, ainda, de sua personificação, a sociedade terá patrimônio próprio, seu, inconfundível e incomunicável com o patrimônio individual de cada um de seus sócios. Sujeito de direito personalizado autônomo, a pessoa jurídica responderá com o seu patrimônio pelas obrigações que assumir. Os sócios, em regra, não responderão pelas obrigações da sociedade.

5.2 POSSIBILIDADES DE DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A pessoa jurídica, como já foi visto, distingue os seus integrantes como sujeitos autônomos de direito e obrigações, pode dar ensejo à realização de fraudes.

⁷⁸ *Idem.* p. 114

Ensina o professor Rodrigues⁷⁹ a respeito da pessoa jurídica que:

[...] a pessoa jurídica surge para suprir a própria deficiência humana, pois o homem, isolado, por vezes se encontraria na impossibilidade de levar a efeito os gigantescos desafios que a vida moderna lhe propõe. De modo que o ordenamento jurídico, conferindo-lhe personalidade diversa daqueles dos membros que a compõem, permite o mesmo e encoraja sua atuação na órbita civil.

Visto isso, observa-se que a lei reconhece na personalidade jurídica um importante instrumento para o exercício da atividade empresarial. Todavia, da mesma forma que o ordenamento jurídico pátrio reconhece a autonomia da pessoa jurídica no campo do direito e das obrigações e as conseqüentes limitações da responsabilidade de seus sócios, este também possui o poder de cercear os possíveis abusos, de modo a restringir a autonomia da pessoa jurídica e reduzir ou mesmo eliminar as limitações da responsabilidade de seus sócios.

Assim, a personalidade jurídica deve ser usada como um instrumento para a obtenção de propósitos legítimos não podendo ela ser pervertida, de modo que, caso contrário, deve-se garantir que a barreira patrimonial entre a pessoa jurídica e os seus membros seja derrubada em prol da ordem social.

Portanto com a necessidade de pôr fim ao abuso, o instituto da desconsideração da pessoa jurídica surge como a forma mais eficaz de se coibir o uso indevido da personalidade jurídica, já que uma vez desvirtuada o seu propósito, não há porque permanecer a separação patrimonial entre pessoa jurídica e sócios.

A desconsideração à pessoa jurídica é o instituto pelo qual o Poder Judiciário ignora a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, sempre que ela estiver sendo utilizada como expediente para a realização de fraude, de modo a responsabilizar diretamente os sócios.⁸⁰

O instituto da desconsideração da pessoa jurídica pode ser encontrado nos vários ramos do ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo do art. 2º§ 2º da

⁷⁹ RODRIGUES, Silvío, **Direito Civil**. Saraiva: 2003, v. 1, 34ª ed., p. 96.

⁸⁰ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. Saraiva, 2003. 14 ed, p. 126

CLT, art. 28 da Lei 8.078/90, art. 4º da Lei 9.605/98 e art. 50 do Código Civil brasileiro que diz:

Art. 50 – Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

5.2.1 Requisitos para a desconsideração

Para que se possa fazer uso do instituto da desconsideração da pessoa jurídica não basta, apenas, a simples insolvência do ente coletivo, é necessário que se encontre presente a fraude e abuso de direito.

5.2.1.1 A fraude

Pressuposto inafastável da despersonalização da pessoa jurídica, a fraude pode ser caracterizada como artifício malicioso utilizado para prejudicar terceiro, *de persona ad personam*.⁸¹

Nos casos de ocorrência fraude praticada pelas pessoas jurídicas Coelho⁸² esclarece que:

[...] a autonomia da pessoa jurídica, a despeito de sua fundamental importância no regime capitalista, pode dar ensejo à realização de fraudes contra a lei, o contrato ou credores. Ocultando-se atrás da personalidade jurídica de uma sociedade, associação ou fundação, pode por vezes o devedor frustrar a efetivação de sua responsabilidade ou, de qualquer forma, lesar os interesses legítimos do credor. A fraude perpetrada com o uso da autonomia patrimonial de pessoa jurídica, em geral, resulta em imputar-lhe responsabilidade de um ato ou de atos praticados em seu nome apenas com o objetivo de ocultar uma ilicitude.

O uso indevido da personalidade jurídica, não pode então ser acobertado pelo poder judiciário em virtude do princípio da autonomia patrimonial, portanto

⁸¹ LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. Freitas Bastos: 1995, v. 5, 4ª ed, p. 466

⁸² COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Saraiva, 2002. 5ª ed. vol. 2, p. 44

presente a fraude, e se esta for esta demonstrada plenamente, deve o magistrado aplicar a desconsideração sob pena de estar acobertando a injustiça.

5.2.1.2 O abuso de direito

Quanto ao abuso de direito praticado pelos membros que compõe da sociedade, Requião⁸³ preceitua que:

[...] a relatividade do direito da personalização leva, num rápido desvio do assunto, à teoria do abuso do direito, de criação dos tribunais franceses, e sistematizada por Josserand. Este último afirma que para se compreender a teoria há necessidade de partir da observação de que a sociedade garante a determinadas pessoas as suas prerrogativas, não para ser-lhes agradável, mas para assegurar-lhes a própria conservação.

O abuso dessas prerrogativas, ou seja, o excessivo e injustificado uso de determinado instituto, amparado pela lei, pode ser considerado como abuso de direito.

O direito deve ser exercido em conformidade com o seu destino social e na proporção do interesse do seu titular.⁸⁴ Portanto o instituto da pessoa jurídica, um direito dos sócios, deve ser usados por seus titulares na mesma proporção de seus interesses e finalidades para não correr o risco de transformar-se em abuso de direito.

A teoria do abuso de direito foi agasalhada pelo Código Civil de 2002 em seu artigo 187, o qual prescreve:

Art. 187 – também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

O legislador não buscou definir as hipóteses de incidência, mas traçou as linhas gerais que visam combater o abuso de direito. E também como já mencionado nos casos de fraude, não deve o magistrado acobertar a injustiça quando

⁸³ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. Saraiva: 1998, v.1, 15ª ed., p. 755

⁸⁴ LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. Freitas Bastos: 1995, v. 5, 4ª ed. p.525

demonstrado o uso abusivo do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

5.3 DIFERENÇA ENTRE DESCONSIDERAÇÃO E DESPERSONIFICAÇÃO

A desconsideração só tem cabimento quando se tratar de uma pessoa jurídica, pois em não se tratando de tal ente personalizado, não há de se cogitar em autonomia patrimonial, não havendo, portanto, a possibilidade do uso desta autonomia para fins escusos.

A personificação da pessoa jurídica é dotada de um altíssimo valor para o ordenamento jurídico, e quando ocorre a despersonificação da pessoa jurídica este ente perde sua personalidade, ou seja, deixa de existir dentro do ordenamento jurídico como pessoa de direito.

A desconsideração da pessoa jurídica por sua vez tem como objetivo, não a extinção e sim a desconsideração da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para com isso atingir diretamente os sócios.

Ressalta-se que não se trata de extinguir a pessoa jurídica, pois esta continua a existir, e sim apenas a desconsideração da sua personalidade no caso concreto, por isso o termo desconsideração e não despersonalização, pois, se assim fosse, esta acarretaria no fim da personalidade jurídica, o que somente adviria com a extinção da sociedade, bem como ensina o professor Requião⁸⁵ ao citar que:

Pretende a doutrina penetrar no âmago da sociedade, superando ou desconsiderando a personalidade jurídica, para atingir e vincular a responsabilidade do sócio, e mais adiante ainda diz: não se trata, é bom esclarecer, de considerar ou declarar nula a personificação, mas torná-la ineficaz para determinados atos.

⁸⁵ REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. Saraiva: 1998, v.1, 15ª ed., p. 277.

5.4 EXTINÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Segundo Diniz⁸⁶ existem várias formas de extinção da pessoa jurídica de direito público e privado. A primeira termina da mesma maneira como foram criadas, logo, extinguem-se pela ocorrência de fatos históricos, por norma constitucional, lei especial ou tratado internacional.

Quantos às pessoas jurídicas de direito privado, com fins lucrativos, quando da sua dissolução, seus bens são repartidos entre os sócios na proporção de suas quotas de participações.

O professor Rodrigues⁸⁷, atenta para o Decreto-lei n. 9.085/46 que trata da proibição de se registrarem pessoas jurídicas e de sua dissolução, pois quando já registradas, têm por objeto fins ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral ou aos bons costumes.

No que diz respeito ao destino dos bens da pessoa jurídica, quando esta não tiver finalidade lucrativa, deve seguir o que rege seu estatuto, mas no caso de haver omissão deve-se examinar se os sócios adotaram alguma deliberação eficaz sobre a matéria. Se eles nada resolveram, ou se a deliberação for ineficaz, devolver-se-á o patrimônio a um estabelecimento público congênere ou de fins semelhantes.⁸⁸

Entretanto, deve-se seguir a regra do artigo 61, § 2º do Código Civil, quando não for possível encontrar estabelecimentos nas condições de que trata o mesmo artigo, neste caso, os bens da pessoa jurídica passarão a integrar o patrimônio da Fazenda Pública.

Lembrando sempre que a teoria da desconsideração não extingue a pessoa jurídica, pois esta apenas a desconsideração da sua personalidade no caso

⁸⁶ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. Saraiva: 2003 v.1, p. 162.

⁸⁷ RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil**. Saraiva: 2003, v. 1, 34ª ed., p.98.

⁸⁸ *Idem*, p. 88.

concreto, pois somente a despersonalização acarreta no fim da personalidade jurídica, o que resulta com a extinção da sociedade.

5.5 DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO APLICADA A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

5.5.1 A pessoa jurídica e o seu reflexo no Meio ambiente

Consiste a pessoa jurídica nas palavras de Diniz⁸⁹, na “unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações”.

No direito moderno, a pessoa jurídica somente pode ser entendida sob o prisma de uma instrumentalidade jurídica que, por seu turno implica na validade do instituto, que fica condicionado ao pressuposto do cumprimento ou do atingimento do fim jurídico a que este se destina, e que não se desvie deste, defraudando-o⁹⁰.

Mas há ainda que se considerar que, quando as atividades das pessoas jurídicas forem utilizadoras de recursos ambientais, sendo consideradas estas como efetiva e potencialmente poluidoras ou capazes de causar degradação ambiental dependerão, conforme a Lei 6.938/81 e Decreto nº 99.274/90, de prévio licenciamento ambiental, que pode ser entendido como sendo um compromisso entre o empreendedor e o poder público, pois se trata de um mecanismo de controle dos poderes públicos, onde o mesmo estabelece condições e limites para o exercício de determinadas atividades⁹¹.

Por força do art. 225 da Constituição Federal, a pessoa jurídica de direito público como toda a coletividade, tem o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, impondo como medida asseguradora para tal fim o prévio estudo do impacto ambiental em seu § 1º inciso

⁸⁹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003 v.1, p.206

⁹⁰ GLOBERKNER, Osmir Antônio. **Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor**. Disponível em: www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=596

⁹¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Lumes Júris, 6 ed. 2002, p. 100 – 104.

IV ao determinar caber ao poder público: “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

Verifica-se na lei ordinária como no mandamento constitucional que a pessoa jurídica que pretender desenvolver atividades que interfiram nas condições ambientais, além do dever de cumprir os seus fins institucionais, fica atrelada também, ao licenciamento ambiental, tendo que cumprir quando necessário, o prévio estudo do impacto ambiental, sob pena de modificação, suspensão e cancelamento das licenças⁹².

O que se torna mais grave no momento em que além de prejudicar terceiros através da fraude ou do abuso de direito, causa também danos ao meio ambiente, prejudicando não um número determinado de pessoas, mas um número indeterminado, por se tratar de patrimônio difusamente considerado, “mesmo quando alguns aspectos particulares da sua danosidade atingem individualmente certos sujeitos”⁹³.

Veja-se o que já foi objeto de decisão em grau de Recurso Extraordinário:

Meio Ambiente: É indubitável o que o direito difuso ao meio ambiente equilibrado prevalece sobre o direito patrimonial da empresa que exerce atividade de extração mineral (AI- 2002.000154-6 – Gaspar, DJSC – 11081, p.14, 25/11/2002).

Lembrando que quando se fala em dano ao meio ambiente, há que se considerar não somente a pulverização de vítimas, dada a sua pluralidade difusa, mas que o dano ambiental muitas vezes é de difícil reparação, o que torna em verdade a reparação ou repressão quase sempre insuficiente, sendo a prevenção em regra, quando não a única solução, pois como reparar o desaparecimento de uma espécie animal? Ou como recuperar uma espécie vegetal? Como trazer de volta uma floresta de séculos que sucumbiu sob a violência das

⁹² MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p. 313 – 323

⁹³ *Idem*. p. 423

irracionais derrubadas? Ou como purificar um lençol freático contaminado por agrotóxicos?⁹⁴

Diante da ineficácia dos meios de repressão e prevenção, a lei assim como garante o direito pode estabelecer limites para a sua prática, assim como o faz em relação às pessoas jurídicas, que, como entes autônomos tem individualidade própria por não se confundir com as pessoas de seus sócios, independendo a responsabilidade daquela para com estes, o que é um privilégio concedido pela lei, e que em outros dispositivos, estabelece condições para o exercício deste instituto, cominando inclusive sanções quando descumprida a regras impostas, estando entre estas, a proteção e preservação do meio ambiente.

Ocorre que certos tipos de condutas não são previstas pela lei expressamente, o que resultou no surgimento da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, que encontra-se firmada em nossa jurisprudência, com aplicação em várias áreas do direito, toda vez que houver desvio de função com o fim de fraudar a lei ou praticar abuso de direito⁹⁵.

Instituto este que agora pode ser aplicado no Direito Ambiental brasileiro, diante da previsão trazida pelo art. 4º da Lei 9.605/98 que assim dispõe: “Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que ela for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do Meio Ambiente”.

O que vem inviabilizar qualquer manobra societária que impossibilite o ressarcimento ao dano causado ao meio ambiente, pois de acordo com o ensinamento de Requião⁹⁶:

O que se pretende com a doutrina do *disregard* não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso de direito) ou para prejudicar terceiros ou violar a lei (fraude).

⁹⁴ GUIMARÃES, Simone de Almeida Bastos. **O dano ambiental**. Disponível em: www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3055

⁹⁵ FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Resumo de direito comercial**. Malheiros. p. 71

⁹⁶ PANELLA, Marcelo de Camargo T. **Da responsabilidade civil e criminal na esfera do Direito Ambiental**. Disponível em: [www. Jus.com.br/texto.asp?id=1974](http://www.Jus.com.br/texto.asp?id=1974). acessado em 10.03.2008

5.2.3 A Desconsideração da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental

Como já foi delineado, rompendo com a rigidez do princípio da autonomia das pessoas jurídicas, a Desconsideração da pessoa jurídica no âmbito Ambiental se deu com a promulgação da Lei 9.605/98 que trouxe em seu art. 4º a possibilidade de responsabilizar os membros de uma pessoa jurídica, que utilizarem esta como anteparo da fraude e do abuso de direito, pois a sanção penal à pessoa jurídica muitas vezes não tem a “necessária eficácia dissuasiva”⁹⁷.

Freitas⁹⁸ observa que este dispositivo deveria estar inserido na Lei de Ação Civil Pública, mas como o mesmo diz “esta lei deu destaque à reparação do dano e certamente por isso fez a inclusão”. Acrescenta ainda o referido autor que “a desconsideração da personalidade jurídica significa, simplesmente, que se ela for insolvente os sócios responderão pelos danos ambientais causados”.

Neste mesmo sentido parece ter se posicionado Mukai⁹⁹ quando ao referir-se ao dispositivo ora em análise, dispôs que se aplica “a teoria da desconsideração da personalidade jurídica da pessoa coletiva, desde que seu uso se constitua obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente”.

Já, Antunes¹⁰⁰ posiciona-se no sentido de que a penetração da personalidade jurídica e a desconstituição de seu patrimônio, deve ser efetivada somente depois de comprovado que a mesma foi utilizada como “mera fachada” para esconder o patrimônio de seus administradores e proprietários, ao dizer que:

O legislador quis afirmar que a personalidade jurídica será desconsiderada quando a sua existência servir como escudo para que seus administradores permaneçam isentos de responsabilidade econômica para com o ressarcimento de danos causados ao meio ambiente.

⁹⁷ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p. 358

⁹⁸ FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes contra a Natureza**. Juruá. p. 67

⁹⁹ MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. Forense Universitária, 4ª ed. 2002. p 71

¹⁰⁰ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Lumes Júris, 6 ed. 2002, p. 439

Ainda segundo Antunes¹⁰¹ há que se considerar, o sustento das famílias dos empregados, a rede de distribuidores e de fornecedores à empresa, os impostos recolhidos, entre outros, devendo-se ser aplicada esta medida em casos de extrema necessidade, pois para o mesmo mais conveniente seria a “nomeação de um administrador com o objetivo de reparar os danos causados pela sociedade ou até mesmo o estabelecimento de uma desapropriação judicial, buscando-se, sempre, a preservação da atividade econômica”.

Milaré¹⁰² neste sentido posiciona-se ao dizer que, “andou bem o legislador ao possibilitar ao juiz coartar a fraude ou abuso do sócio que se vale do escudo da pessoa jurídica para agredir o meio ambiente e locupletar-se”.

A respeito do assunto o professor Requião ensina¹⁰³:

Ora diante do abuso de direito e da fraude no uso da personalidade jurídica, o juiz brasileiro tem o direito de indagar, em seu livre convencimento, se há de consagrar a fraude ou abuso de direito, ou se deve desprezar a personalidade jurídica, para, penetrando em seu âmago, alcançar as pessoas e bens que dentro dela se escondem para fins ilícitos ou abusivos.

Sznick diz que o artigo 4º da Lei 9.605/98, tem praticamente a mesma redação do artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor, e que a desconsideração da pessoa jurídica é aplicada para facilitar o ressarcimento do dano ao meio ambiente, alcançando-se os bens e pessoas que estiverem escondidas sob o véu da pessoa jurídica, quando esta for utilizada para práticas de abusos de direito de fraudes.¹⁰⁴

Já na jurisprudência brasileira, não se tem tido notícia da aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica nos casos de responsabilidade civil

¹⁰¹ *Opus cit.* p. 438 - 439

¹⁰² MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p. 358

¹⁰³ PANELLA, Marcelo de Camargo T. **Da responsabilidade civil e criminal na esfera do Direito Ambiental**. Disponível em: [www. Jus.com.br/texto.asp?id=1974](http://www.Jus.com.br/texto.asp?id=1974). acessado em 10.03.2008

¹⁰⁴ SZNICK, Valdir. **Direito Penal Ambiental**. P. 109 -112.

por dano ao meio ambiente, até mesmo depois da promulgação da Lei 9.605/98, que trouxe a possibilidade de sua aplicação expressamente em seu artigo 4º.

Mas se noticia no Tribunal Regional Federal 4ª Região, a apreciação da aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, onde em grau de apelação cível, formuladas por Coque Catarinense Ltda., e outros contra a sentença do Exmº Juiz Federal da 1ª Vara de Criciúma, em Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal, impugnou-se a sentença do referido magistrado, que responsabilizou as pessoas físicas da referida empresa, com fundamento no § 3º da Constituição Federal de 1988, seja pela aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica.¹⁰⁵

A relatora Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarreare, considerou que mesmo diante da possibilidade da aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica ao caso, nada foi provado a respeito de excesso de poderes, abuso de direito ou violação de lei com culpa ou dolo, por parte dos administradores das mineradoras, e nenhuma prova foi requerida pelo Ministério Público Federal, assim como não existia na época dos fatos, disposição na lei tratando da desconsideração a pessoa jurídica, independentemente de culpa dos sócios das empresas, julgando-se, portanto improcedente a ação em relação aos sócios, sendo assim decidido¹⁰⁶:

V – Não estando expressamente consagrado na lei vigente à época dos fatos a teoria da desconsideração da personalidade jurídica independentemente de culpa dos sócios das empresas, a improcedência da ação em relação aos sócios é medida que se impõe em face da ausência da culpa *lato sensu* ...

Mas há que se considerar que a decisão acima citada poderia ter sido diferente, pois apesar de à época do fato não existir expressa previsão legal, a aplicação da desconsideração independe de fundamento legal, podendo-se ser aplicada com os mesmos contornos em que é aplicada em outros ramos do direito.

¹⁰⁵ **Revista de Direito Ambiental**, nº 32. p. 323

¹⁰⁶ *Idem*. p. 342

Pois no Brasil, jurisprudência não falta que acolha a desconsideração da pessoa jurídica:

Esgotadas as possibilidades de localização de bens em nome da pessoa jurídica, a penhora recai sobre os bens dos sócios, porquanto o direito do trabalho, regido pela filosofia de proteção ao hipossuficiente, não permite que os riscos da atividade econômica sejam transferidos para o empregado. Justifica-se esse procedimento pelo fenômeno da desconsideração da pessoa jurídica, nos casos em que a empresa não oferece condições de solvabilidade de seus compromissos, permitindo que o sócio seja responsabilizado pela satisfação dos débitos, tendo em vista as obrigações pessoalmente assumidas em nome da sociedade, posto ter sido este quem auferiu o proveito quando a efetivação do negócio. Decisão da 2ª Turma do TRT – 15 Região. Ac. N 19856/2002 (fonte TRT 15 Região).

A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal. Verificados os pressupostos de SUS incidência, poderá o Juiz, incidentemente no próprio processo de execução (singular ou coletiva), levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja os bens particulares de seus sócios, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros. ROMS 14168 /SP; 3ª Turma do STJ. Rel. Min. NANCY ANDRICHI (1118), decisão em 30/04/2002, por unanimidade. No mesmo sentido e com o mesmo teor: RESP 332763/SP; RECURSO ESPECIAL 2001/0096894-8.

Em embargos de terceiro oferecidos por empresa que tem os mesmos sócios, mesma atividade e mesmo patrimônio que a empresa executada, há evidente fraude a credor, tornando aplicável a desconsideração da personalidade jurídica (que pode ser aplicada incidentalmente, dispensando-se ação própria para tanto) e as sanções por litigância de má-fé. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 100.014.2001.003481-5. Apelação Cível ;Origem : 01420010034815 Vilhena/RO (1ª Vara Cível)

Encontrando-se a empresa seguradora em processo de liquidação, impondo ao beneficiário impossibilidade de recebimento do valor decorrente do sinistro, a desconsideração da personalidade jurídica se faz possível para que os sócios respondam pessoalmente, estando amparada a pretensão pela lei consumerista. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia 100.015.2004.005812-8 Agravo de Instrumento; Origem : 01520040058128 Guajará-Mirim/RO (2ª Vara Cível)

Mas tradicionalmente no Brasil, o direito tende a ser extremamente ligado ao positivismo, impondo-se regras, para a aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica o seu acolhimento pela lei, o que de forma analógica, pode ser considerado que isso já havia ocorrido, pois o Código de Defesa do Consumidor entre leis, já traziam expressa a possibilidade de aplicação da desconsideração da pessoa jurídica.

No entanto, não se trata a desconsideração da pessoa jurídica no direito ambiental de mera discussão doutrinária, pois como se pode depreender da matéria

publicada no jornal Valor Econômico de 22/04/2003, que abordou a importância do seguro responsabilidade, para a permanência de um executivo em uma empresa, pois como se observou a advogada Maria Cristina Corrêa de Carvalho Junqueira, ao discorrer sobre o assunto ao jornal Valor Econômico, disse que há uma tendência para a condenação das pessoas por atos das empresas, fazendo a seguinte observação¹⁰⁷:

A desconsideração da personalidade jurídica, que começou tímida, ligada a ações de consumidores ou a casos com fortes indícios de atos ilícitos, começa a se expandir e atingir o cotidiano das empresas e das decisões.

5.3 A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA E A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA NA LEI 9.605/98.

Havendo-se dano ao meio ambiente, a responsabilidade será objetiva.

No entanto há que se indagar o alcance da desconsideração da pessoa jurídica no artigo 4º da Lei 9.605/98, pois esta lei possui vários dispositivos de natureza penal, assim como também possui dispositivos de natureza processual, administrativa e civil.

Há posicionamento, no sentido de que, toda vez que, alguém se esconder por detrás de uma pessoa jurídica, seja qual for, para praticar atos delituosos contra a qualidade do meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho, deverá responder administrativa, civil e penalmente por eles, com aplicação do instituto da desconsideração da pessoa jurídica.¹⁰⁸

Freitas parece aceitar a desconsideração da pessoa jurídica tanto na esfera cível quanto na penal, ao dizer que, “o art. 4º da Lei 9.605/98 traz inovação de interesse mais ligado à responsabilidade civil”.

¹⁰⁷ BATISTA, Henrique Gomes. **Jornal Valor Econômico, de 22/04/2003: aumentam ações contra executivos.** Disponível em: www.ibdsnet.com.br/noticias_show.asp?Noticia=10

¹⁰⁸ DOS SANTOS, Antônio Silveira R. Programa ambiental: A Última Arca de Noé. Disponível em: www.aultimaarcadenoe.com/direitodesconsidera.htm. acessado em 05.03.2008

Shecaria¹⁰⁹ posiciona-se no sentido de que o art. 4º da Lei 9.605/98, pune-se a pessoa jurídica com desconsideração, somente na esfera civil, pois, de modo contrario, a aplicação do referido artigo abrangesse também a esfera penal, esta-se-ia ofendendo o princípio constitucional que dá à pena caráter personalíssimo, ao determinar que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

Assim, ensina Shecaria¹¹⁰:

Em se admitindo a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, em face de uma condenação pecuniária que aflora de um processo penal contra uma pessoa coletiva, nós estaríamos a admitir a punição das pessoas físicas sem que a elas lhes fosse dado o direito de defesa. Chegaríamos ao absurdo de uma pena sem processo.

Mas, independentemente de se saber se a desconsideração da pessoa jurídica do art. 4º da Lei 9.605/98 refere-se somente à responsabilidade civil ou não, qual seria a solução em relação a esta, se tomarmos como referência o art. 3º da Lei 9.605/98, que dispõe:

As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto nesta lei, nos casos em que a infração seja cometida por interesse ou benefício de sua entidade.

Aplicar-se-ia a responsabilidade civil objetiva do § 1º do art. 14 da Lei 6.938/81, ou a responsabilidade subjetiva da Lei 9.605/98.

Antunes¹¹¹ considera que a colocação da responsabilidade civil na Lei 9.605/98 é completamente inadequada, por o legislador não ter tido o objetivo de dispor de matéria de índole civil, sendo desta forma, mas apropriado buscar-se aquela no § 1º do art. 14 da Lei 9.605/98.

¹⁰⁹ SHECARIA, Sérgio Salomão. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica**. Método. 2ª ed. 2003. p. 154 – 155.

¹¹⁰ *Idem.* p. 155

¹¹¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Lumes Júris, 6 ed. 2002, p. 438

Já Milaré¹¹² expondo as razões ao veto do art. 5º da Lei 9.605/98, que dispõe, “o art. 14 § 1º, da Lei 6.938/81, já prevê a responsabilidade objetiva por danos causados ao meio ambiente”, deixou claro que no tocante à responsabilidade civil, esta continua a ser regida pela Lei 6.938/81.

Agora se levar à análise deste assunto para a interpretação literal, onde o que vale é o que esta escrito na lei, e não a mera vontade do legislador, haverá que se considerar que a responsabilidade civil objetiva por danos ao meio ambiente tem fundamento agora na Constituição Federal no seu art. 225 §§ 2º e 3º, que reconheceu a responsabilidade a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado que prestadora de serviços públicos, pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, nessa qualidade, responsabilidade esta que deve ser estendida às pessoas jurídicas de direito privado que como aquelas causarem danos ao meio ambiente.¹¹³

Mesmo diante destas considerações, Milaré¹¹⁴ ao citar V. Benjamin, nega qualquer antinomia dos referidos dispositivos, pois com a promulgação da Lei de Crimes Ambientais, a responsabilidade civil do degradador poderá se buscada através do art. 14 § 1º da Lei 6.938/81, responsabilidade autônoma e objetiva, ou com base na Lei 9.605/98, quando a responsabilidade dependerá da *persecutio criminis*, quando for subjetiva.

Até o momento, verifica-se que a responsabilidade por danos ao meio ambiente é objetiva, no entanto a doutrina não é uníssona no sentido de se saber se esta se rege pela doutrina do risco proveito ou integral.

Porque há quem diga, dentre os quais Milaré¹¹⁵ que, com fundamento no § 1º art. 14 da Lei 6.938/81, a responsabilidade civil objetiva, no direito ambiental, é da modalidade do risco integral, a qual prescinde de culpa, é irrelevante a ilicitude da atividade, assim como não reconhece a existência de caso fortuito, da força maior e

¹¹² MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p. 358

¹¹³ *Idem*. p. 359

¹¹⁴ *Idem*. p.359

¹¹⁵ MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p. 333 – 341

de fato de terceiro, ou seja “o poluidor assume todo o risco que sua atividade acarreta: pelo simples fato de existir a atividade somada ao nexo causal entre a atividade e dano produzido”.

Sendo assim, considerando que, uma vez que a desconconsideração da pessoa jurídica foi integrada ao direito positivo brasileiro por força do art. 28 da Lei 8.078/90 que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, pelo art. 4º da Lei 9.605/98 e mais recentemente pelo art. 50 do Código Civil, houve um rompimento da rigidez da autonomia da pessoa jurídica quanto a seus membros.

Por fim, podendo concluir que é perfeitamente aplicável a desconconsideração da pessoa jurídica toda vez que a sua personalidade for um empecilho a reparação de prejuízos causados ao meio ambiente natural.

Portanto, a pessoa jurídica deverá ser desconconsiderada, por força da responsabilidade civil ambiental da pessoa jurídica, sempre que esta for um obstáculo ao ressarcimento de danos causados ao meio ambiente como diz o art. 4º da Lei 9.605/98.

CONCLUSÃO

Diante das necessidades que o homem encontra para realizar determinadas atividades econômicas, o direito, que nasceu para regular as condutas humanas dentro da sociedade, instituiu a pessoa jurídica, um ente autônomo com direito e obrigações próprias e de personalidade jurídica distinta da dos membros que a compõe.

Infelizmente, este importante instituto criado em benefício da sociedade, por vezes é utilizado de forma abusiva, e como o direito tem o poder para reconhecer sua existência e autonomia, o têm para restringi-la. Porém a lei não prevê todas as possíveis situações de uso indevido da pessoa jurídica, o que não exclui a possibilidade de se desconsiderar a personalidade jurídica afastando a autonomia patrimonial, a fim de estender os efeitos de suas obrigações à pessoa de seus sócios ou administradores, com isso coibindo o desvio de função, quando os mesmos utilizarem-na como instrumento para a realização de fraudes.

A respeito à responsabilidade civil da pessoa jurídica por danos ao meio ambiente, esta se baseia na responsabilidade objetiva, abraçando a modalidade do risco integral.

Não há como não considerar a desconsideração da pessoa jurídica como uma grande evolução na busca de se dar segurança aos direitos garantidos pela lei, o que mesmo sem uma previsão da Lei 9.605/98, já deveria estar sendo aplicada nos casos de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, pois se por varias vezes o instituto da pessoa jurídica foi aplicado na proteção de interesses de um

determinado particular, não há razão para que não se aplique a referida teoria, diante de um fato que se evidencia um dano ao meio ambiente.

Por fim, pode-se vislumbrar a desconsideração da pessoa jurídica como um instituto que veio a somar com a já existente responsabilidade civil objetiva, pois nota-se que por mais rigorosa que seja a sanção penal aplicada à pessoa jurídica, não tem a necessária eficácia e poder dissuasivo que a responsabilidade civil possui, por esta, além de impor um ônus ao ente personalizado, tem caráter intimidativo e possibilita ressarcir ou recuperar o dano causado ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

LIVROS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Lumes Júris, 6 ed. 2002, p. 148

BARBOSA, Carlos. **Direito Comercial, teoria e questões comentadas**. Elsevier, 2005, 45 ed

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Responsabilidade Civil por Dano Causado ao Meio Ambiente**. Del Rey: 1999, p. 316-317

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Do dano moral e coletivo no atual contexto jurídico brasileiro**. Revista do Direito do Consumidor. V. 12. 1994. p. 50

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 14 ed. P. 110

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 9. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003, v. I.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 7.

FERRAZ, Sérgio. **Responsabilidade Civil por dano ecológico**. Revista de Direito Público. p. 38

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. Saraiva, 6 ed. 2005. p. 46

FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes contra a Natureza**. Juruá. p. 6

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Saraiva: v. 3, p.10

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Sinopses Jurídicas: Direito das Obrigações: parte especial: Responsabilidade Civil**. 2.ed. Saraiva: 2002, v. 6, p. 12.

Hans Kelsen, **Teoria pura do Direito**, Trad. João Baptista Machado, 4ª ed. Martins Pontes, 1994, p. 188

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. Freitas Bastos: 1995, v. 5, 4ª ed. p. 375

LOTUFO, Renan. **Código civil comentado**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 131

MACHADO, Paulo Alfonso Leme. **Princípios gerais de direito ambiental internacional e política ambiental brasileira: prevenção reparação e repressão**. RT, 1999. p. 273-274

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação Civil Pública em Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e dos Consumidores**. Revista dos Tribunais, 6 ed. P. 200

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente: doutrina, pratica, jurisprudência, glossário**. Revista dos Tribunais, 2000. p.335

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 1994, v. 2.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. Forense Universitária, 4ª ed. 2002. p. 61

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1992

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Forense:1997, v. 5, 11ª ed., p. 391

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. Saraiva: 1998, v.1, 15ª ed., p. 277

RODRIGUES, Silvio, **Direito Civil**, 34ª ed, Saraiva.2003, v. 1, p. 86

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. Saraiva: 2003, v. 4, 20ª ed., p. 06.

SCHREIBER, Anderson. **Arbitramento do Dano Moral no novo Código Civil**. RTDC. Rio de Janeiro: Padma, 2002, v. 12, p. 4 e 5.

SHECARIA, Sérgio Salomão. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica**. Método. 2ª ed. 2003. p. 154 – 155

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**, São Paulo: Atlas, 2002, V. 1, p.209

DOCUMENTOS ON LINE

BATISTA, Henrique Gomes. **Jornal Valor Econômico, de 22/04/2003: aumentam ações contra executivos**. Disponível em:
www.ibdsnet.com.br/noticias_show.asp?Noticia=10. acesso em: 12 mar. 2008

BRITTO, Marcelo Silva. **Alguns aspectos polêmicos da responsabilidade civil objetiva no novo Código Civil** disponível em
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5159&p=1>, acesso em 17 fev. 2008

DOS SANTOS, Antônio Silveira R. **Programa ambiental: A Última Arca de Noé**. Disponível em: www.aultimaarcadenoe.com/direitodesconsidera.htm. acessado em 05 mar. 2008

FRANCO, Paulo Sergio de Moura e DALBOSCO, Ana Paula, **A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental**, disponível em:
<http://www1.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>, acesso em 10 fev. 2008

GLOBERKNER, Osmir Antônio. **Desconsideração da pessoa jurídica no código de defesa do consumidor**. Disponível em:
www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=596. acesso em: 08 mar. 2008

GUIMARÃES, Simone de Almeida Bastos. **O dano ambiental**. Disponível em:
www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3055. acesso em: 30 de jan. 2008

PANELLA, Marcelo de Camargo T. **Da responsabilidade civil e criminal na esfera do Direito Ambiental**. Disponível em: www.Jus.com.br/texto.asp?id=1974. acessado em 10.mar.2008

TOMAZETTE, Marlon. **A desconsideração da personalidade jurídica: Teoria, o CDC e o novo Código Civil**. Disponível em,
[HTTP://www.jus.com.br/texto.asp?id=3104](http://www.jus.com.br/texto.asp?id=3104), acesso em 12 mar. 08

VENOSA, Sílvio de Salvo. A Responsabilidade Objetiva no novo Código Civil.

Disponível em: www.societario.com.br/demarest/svrespobjetiva.html. Acesso em 12 fev. 2008